Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 11/08/87
COD. CLD31

Equipe de Pastoral Indigenista
da Diocese de Ji-Paraná
Caixa Postal 615
78.000 Cuiabá - MT

Ilmo.Sr.
Apoena Meirelles
Presidente da FUNAI
Brasília - DF

Cuiabá, 5 de março de 1986

Prezado Sr.,

trazemos ao vosso conhecimento fatos graves ocorridos na Área Indígena Aripuanã, que atentam contra a vida dos índios Cinta Larga e a integridade do seu território. Tais fatos já foram, embora sucintamente, comunicados via rádio pelo chefe-substituto do Posto Indígena local, à direção do Parque Indígena Aripuanã; igualmente, Inês Hargreaves, da nossa Equipe, esteve recentemente em Riozinho com o mesmo fim. Os Cinta Larga estão a exigir da FUNAI uma ação pronta e imediata que venha a resguardar suas terras - solicitaram então que interviéssemos junto a este orgão, alertando-o quanto aos acontecimentos que lá se desenrolam. Simultaneamente, os índios preparam-se para uma reação decidida às afrontas que sofreram, expulsando os invasores do seu território e aqueles que a fomentam.

Neste mês de fevereiro último, quando de nossa última estadia junto àqueles índios, o ndabiway Naki relatou-nos que os seringueiros e garimpeiros no rio Guariba estariam planejando uma invasão da Área Indígena. Em uma de suas frequentes visitas à sede da Fazenda Santa Helena, à margem esquerda do mesmo Guariba, um dos peões que ali trabalham, confidencialmente, avisou-os do que se tramava: diziam os garimpeiros próximos àquela Fazenda que iriam "matar Cinta Larga",

Acervo ISA

"tirar FUNAI" e os elementos da nossa Equipe. Diziam mais que disporiam inclusive de "metralhadoras" para efetivar a invasão. Observaram então os índios que os garimpeiros estavam utilizando a pista da Fazenda de Mario Conservan, margem direita do Guariba, pouco abaixo do paralelo 10° (vide Mapa anexo), para trazer suas mercadorias de avião. Daí subiam o Guariba em barco-a-motor até a sede da Fazenda Paraiso (também denominada Rancho Grande, de João Beckmann), também na margem direita do rio, situada já na Área Indígena - conforme demarcação recentemente concluída pelo D.S.G. do Exército. Desta sede da Fazenda Paraiso, os garimpeiros cortaram uma picada que se dirige ao local onde pretendem iniciar a exploração de ouro, assim que pararem as chuvas de inverno. A abertura de uma pista de pouso no local, cujos planos remontam à época do fechamento do garimpo Ouro Preto, facilitaria a chegada de novos contingentes de garimpeiros, concretizando a invasão da Área Indígena.

Não se pense, porém, que tal agressão ao território indígena tenha sua origem unicamente nos planos de alguns garimpeiros ávidos de ouro. Sabemos também através das informações dos Cinta Larga que os administradores da Fazenda Santa Helena (do grupo Parizotto ou Atacadão) ficaram bastante contrariados com a demarcação da Área Indígena em fins do ano próximo passado. Assim, dizem os índios, o capataz daquela Fazenda, vulgo Ceará (ou Xará, como falam eles), teria viajado a São Paulo, onde aquele grupo econômico tem seus escritórios, para receber instruções de Paulo Rubens, um dos proprietários. O grupo Parizotto pretendia que ambas as margens do rio Guariba pertencessem à referida Fazenda, tendo para isso aberto picadas demarcatórias que abrangiam enorme extensão à margem direita daquele rio - isto é, cortando o território reconhecidamente indígena, haja visto que incluia mesmo 2 aldeias Cinta Larga. Em suas últimas visitas à sede daquel

Acervo ISA

Fazenda, os índios logo perceberam que não eram mais bem quistos no local. Do mesmo modo, estavam cientes das vinculações que o capataz, Xará, mantinha com os garimpeiros das proximidades. Pensamos nós que as ameaças verbais que os Cinta Larga ouviram na sede da Santa Helena não sejam gratuitas: seus administradores desejariam também afastar os índios e, assim, descaracterizar o legítimo direito dos Cinta Larga àquelas terras. Neste sentido, os proprietários da Fazenda procuram acelerar os planos de implantação, insistindo atualmente para que a Prefeitura de Aripuanã colabore na construção de uma estrada pelo paralelo 10°, viabilizando um acesso terrestre à sua sede.

Os acontecimentos, porém, precipitaram-se. Os índios reunidos no Ouro Preto, ex-sede do garimpo e atual Posto Indígena, decidiram enviar um dos seus, o cinta larga Baiano, para obter maiores informações sobre o que estaria ocorrendo às margens do Guariba. Baiano partiu do Ouro Preto no dia 18 do mês passado, encontrando-se com seu irmão, o cinta larga Capitão, dias depois. A aldeia do Capitão dista 3 horas a pé, rumo leste, da sede da Santa Helena. No dia seguinte à chegada de Baiano, Capitão saiu para caçar, seguindo por um dos caminhos habituais. Não havia andado muito, porém, quando avistou dois desconhecidos (garimpeiros?) de tocaia. Um deles então falou: "Olha um índio, vamos matar!"; enquanto o outro teria tentado demovê-lo: "Não atira, não atira!". Mesmo assim, o primeiro apontando uma espingarda cano duplo, atirou. Capitão jogou-se ao chão, mas logo tentou levantar-se para flechar. Veio o segundo tiro que lhe cortou a corda do arco. Ele então fugiu, o que fizeram também os desconhecidos, correndo. Bastante assustado, e com o ouvido direito ensurdecido pelos tiros, Capitão foi avisar Baiano na aldeia, e juntos voltaram para tentar alcançar os autores da emboscada - encontraram apenas seu acampamento, abandonado às pres-

Acervo ISA

sas. Os dois vieram então, rapidamente à sede do Posto Indígena, relatar aos funcionários da FUNAI e aos demais o ocorrido, ali chegando no dia 25 último.

Resulta então dos fatos acima narrados a tentativa orquestrada para contestar a legitimidade da Área Indígena, através de violências contra os índios e a invasão armada do seu território. Quer nos parecer que a desenvoltura com que agem estes garimpeiros e seus associados seja facilitada diante da precariedade dos atos jurídicos que resguardam esta Área Indígena Aripuanã e das limitações físicas da ação da FUNAI no local. Em primeiro lugar, a Área Indígena Aripuanã foi criada através da Portaria 562/N, de 14.03.79, a qual, no entanto, deixou a descoberto as aldeias do Guariba. Tanto a proposta de redelimitação apresentada pela Equipe de Past. Indig. da Diocese de Ji-Paraná em 1981, quanto aquelas dos dois Grupos de Trabalho que a FUNAI enviou à Área - em 1983 coordenado pelo antropólogo José João de Oliveira, e em 1985, pela antropóloga Carmen Junqueira - concluiram pelo acréscimo das terras compreendidas entre o meridiano 60° e o rio Guariba, pois tratam-se de terras efetivamente ocupadas pelos Cinta Larga. Aguarda-se até o momento, porém, um pronunciamento do GT-Interministerial (decreto 88.118/83), o qual, por fatores que nos são desconhecidos, ainda não se manifestou sobre esta Área, muito embora disponha de toda documentação necessária para fundamentar sua decisão. Mesmo assim, o D.S.G. do Exército, procedeu seus trabalhos demarcatórios atendendo àquelas propostas, reconhecendo-se a ocupação indígena real, muito embora não houvesse o ato jurídico completo - isto é, o necessário decreto presidencial. Acrescente-se ainda que tal demarcação está incompleta, pois apenas os limites em linha seca receberam marcos de metal, enquanto as divisas fluviais não foram sinalizadas. Todo esta indefinição, nos parece, deixa brechas para tentativas de solapar o direi

Acervo ISA

to dos Cinta Larga ao seu território, sob o pesado jogo de interesses econômicos e ameaças, como outra vez veio agora a se configurar. É de capital importância que a FUNAI, como coordenadora do GT-Interministerial, insista na aprovação urgente da nova delimitação, apressando então sua tramitação junto à Presidência da República.

Em segundo lugar, apontamos as limitações que sofre a atuação da FUNAI através do Posto Indígena local (erroneamente denominado "Rio Preto"), pois trata-se de uma área bastante extensa que abriga atualmente 9 aldeias em seu interior, além do Posto. Receosos de que sucedam no futuro outras investidas para invadir suas terras, a expectativa dos Cinta Larga é que a FUNAI instale um Posto de Vigilância na região do Guariba, aproveitando a pista de pouso e as instalações da Fazenda Santa Helena, uma vez que pretendem tomar o local e expulsar seus empregados. Alternativamente, poderia talvez estabelecer-se na sede da Fazenda Paraiso, a qual se encontra no interior da área demarcada. Com a instalação pela FUNAI de um Posto de Vigilância na região do Guariba, certamente evitaria-se a repetição de atentados como o que ora se encena, prestando-se também mais eficazmente a assistência devida à população daquelas aldeias.

O que hoje se passa na Área Indígena Aripuanã - estas ameaças e violências por garimpeiros e fazendeiros - não é de todo estranho aos Cinta Larga das demais áreas. Basta recordar a necessária revolta dos índios do Roosevelt no final do ano passado, para obrigar os fazendeiros a desocupar suas terras, pois há anos as fazendas dominavam parte considerável da Área Indígena, tendo devastado milhares de hectades de florestas com a complacência dos orgãos oficiais. De modo bastante semelhante os índios Zoró vêm assistindo a invasão crescente do seu território, por grandes fazendas e

Acervo ISA

inúmeros posseiros, sem que a FUNAI atue para evitar a espoliação de suas terras. Notícias recentes, trazidas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Aripuanã, dão conta que seriam mais de 700 famílias hoje dentro Área dos Zoró. Mesmo na Área Indígena Aripuanã, o Guariba não é o único setor onde o território indígena está sendo desrespeitado: na região do igarapé Lontra, a leste da Área, os grileiros vêm retalhando as terras sem que o Intermat possa tomar qualquer providência, pois trata-se de área ainda protegida pela Portaria 562/N da FUNAI.

Não podemos nos calar nesta hora, precisamente quando os Cinta Larga mais necessitam de nossa solidariedade. Felizmente, também eles não se deixaram abater pelo poderio que representariam fazendas, garimpos, etc, e estão, neste momento, preparando-se ritual e belicamente para fazer frente aos invasores. Receamos, como é natural, pelos riscos que decorrerão dos prováveis conflitos, pois combaterão com seus arcos e flechas contra revolveres, espingardas e, quem sabe, metralhadores e outras armas mais destrutivas.

Esperamos, do mesmo modo como confiam também os Cinta Larga, que a FUNAI aja no sentido de apoiá-los, mobilizando-se imediatamente tanto para marcar sua presença no local, quanto apressando os trâmites burocráticos para a decretação definitiva da Área Indígena Aripuanã, atendendo às conclusões dos Grupos de Trabalho que ali estiveram.

Finalmente, aproveitamos para comunicar que João Carlos Lobato, membro de nossa Equipe, estará acompanhando os acontecimentos, permanecendo no entanto nas imediações do Posto Indígena, onde estão reunidas as mulheres e crianças de todas as aldeias da Área. Estamos, como sempre, dispostos a prestar nossa melhor colaboração à ação da FUNAI no local, desde que na salvaguarda dos interesses indígenas.

Acervo ISA

Certos de vossa atenção a tão grave assunto, com votos de estima e consideração,

subscrevemo-nos,

Equipe de Pastoral Indigenista
da Diocese de Ji-Paraná

Inês S. Hargreaves

João Carlos Lobato

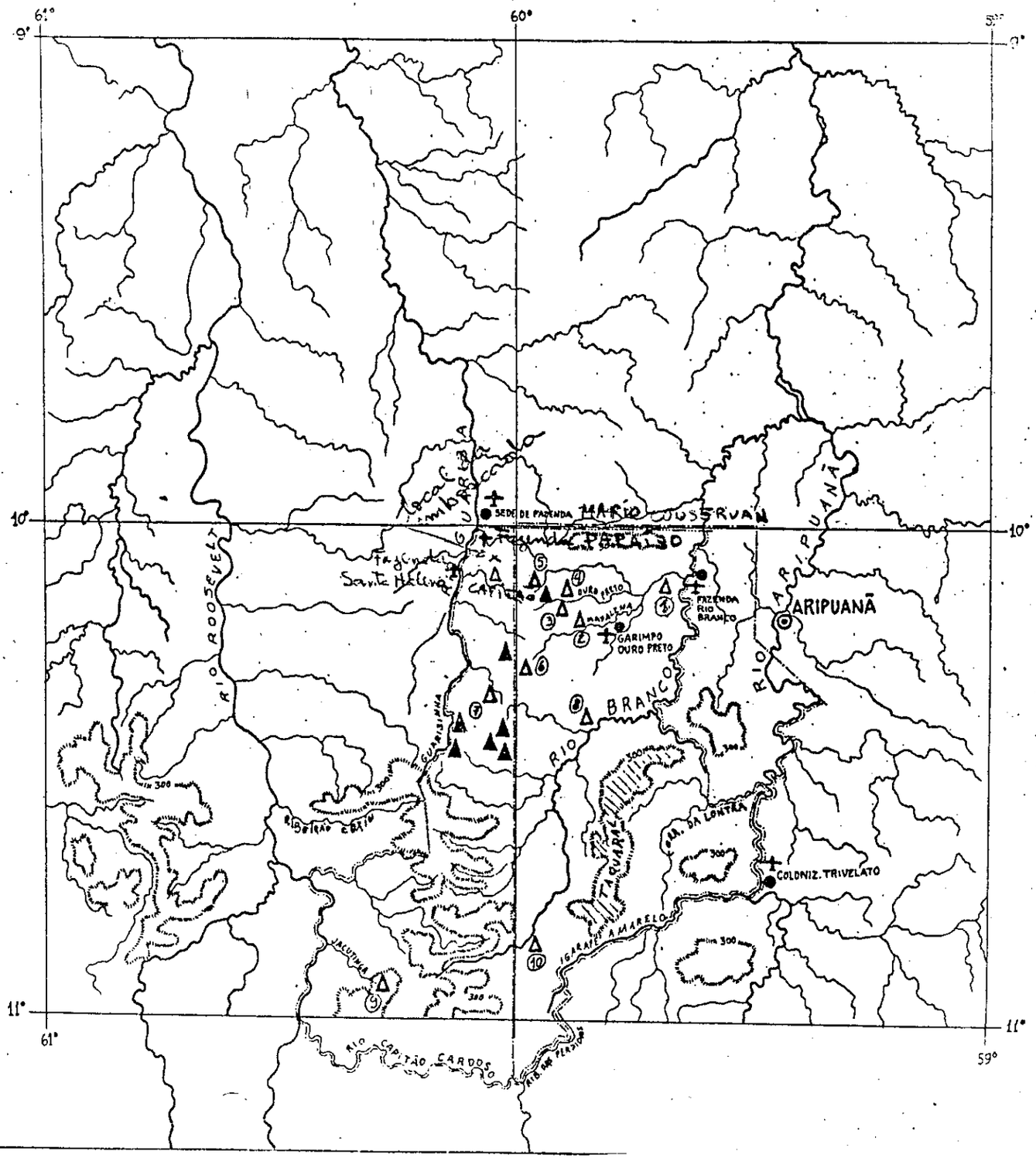
João Dal Poz

Ivar L.V. Busatto

Acervo ISA

— ANEXO III —

tne



ÁREA INDÍGENA ARIPUANÃ

— PROPOSTA DE ALTERAÇÃO —

ESCALA 1:1 000 000

Limite da Área Interditada conforme Portaria 562/N/14.03.79

Limite proposto

Aldeia Indígena

Aldeia antiga (capoeira)

Serra

campo de pouso

Baseado na Carta Aeronáutica Mundial -WAC 3070 - Aripuanã - Brasil